



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 4 de abril de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Crescimento	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Indústria prevê semestre fraco	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Automóveis	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Brasil Maior	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Pacote de ajuda custará R\$ 60,4 bi	7
ECONOMIA	
A CRITICA Renunciando a R\$ 60 bilhões	8
ECONOMIA	
A CRITICA Renunciando a R\$ 60 bilhões (continuação)	9
ECONOMIA	
A CRITICA IMPOSTOS E TAXAS	10
ECONOMIA	
A CRITICA INDÚSTRIA BRASILEIRA	11
ECONOMIA	
A CRITICA Rogério Pina	12
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO CAPA	13
AMAZONAS EM TEMPO Brasil Maior2' atende três segmentos no AM	14
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Arrecadação de impostos estaduais segue em queda	15
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Empresários dizem que medidas do 'Brasil Maior' serão inócuas no PIM	16
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS iPhone 5 chega ao mercado em junho, diz funcionário da Foxconn	17
MASKATE Fala Sério	18
OPINIÃO	

Crescimento

Indústria diz acreditar que pior fase já ficou para trás

EDITORIAL

Indústria do Amazonas fica fora das medidas do governo federal

Os indícios de crise já detectados por alguns setores do governo e empresariais agora são declarados com a edição do pacote de medidas da presidente Dilma Rousseff para incentivar a indústria nacional. As novas medidas visam aquecer a economia e ajudar a indústria

a enfrentar a crise econômica internacional dentro do Plano Brasil Maior.

A perda de competitividade frente aos parceiros emergentes, principalmente a China, tem sido o principal gargalo da indústria brasileira nos últimos anos. E isso vem sendo sentido especialmente em áreas industrializadas como a Zona Franca de Ma-

naus e o Sudeste, onde a competição de importados é cada vez maior e mais lucrativa.

Em vista desse gargalo, o governo reforçou ações sobre o câmbio e adotou medidas tributárias, com a desoneração da folha de pagamento e estímulos à produção nacional. Foram tomadas ainda medidas para reduzir o custo do co-

mércio exterior e de defesa comercial. Outra medida é o incentivo ao setor de informática e comunicações.

O pacote, porém, ignora a indústria do PIM, onde apenas três setores podem se considerar beneficiados, o de plástico, o hoteleiro e o naval. Entretanto, a competição dos importados talvez seja mais sentida por aqui, assim como os prejuízos à

indústria local. Como sempre, faltou sensibilidade ou interesse político, e o Amazonas fica de fora.

O que mostra que a nossa representatividade, ao contrário do que aparenta quando consegue emplacar uma vice-líder na Câmara e um líder do governo no Senado, está muito aquém do que esperamos ou desejamos.

Indústria prevê semestre fraco

Com base nos dados divulgados ontem pelo IBGE, analistas avaliam estagnação no Brasil

A pior fase da indústria pode ter ficado para trás, mas o setor ainda deve apresentar crescimento moderado, principalmente no primeiro semestre de 2012, avaliam analistas do mercado financeiro em relatórios enviados ao AE Projeções. Conforme os profissionais, a produção industrial em fevereiro só voltou a crescer puxada pela devolução de fatores pontuais.

Para os analistas, as medidas de incentivo ao setor anunciadas ontem pelo governo federal são bem-vindas, mas poderão ter reflexo mais forte no segundo semestre.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a produção industrial cresceu 1,3% na margem. O resultado ficou dentro do intervalo das estimativas coletadas pelo serviço especializado da

Agência Estado (de -1,00% a +1,70%) e acima da mediana de +0,50%. Em relação a fevereiro de 2011, a produção da indústria caiu 3,9%. Para esta base de comparação, as previsões iam de retração de 4,30% a 9,10%, com mediana de -6,10%.

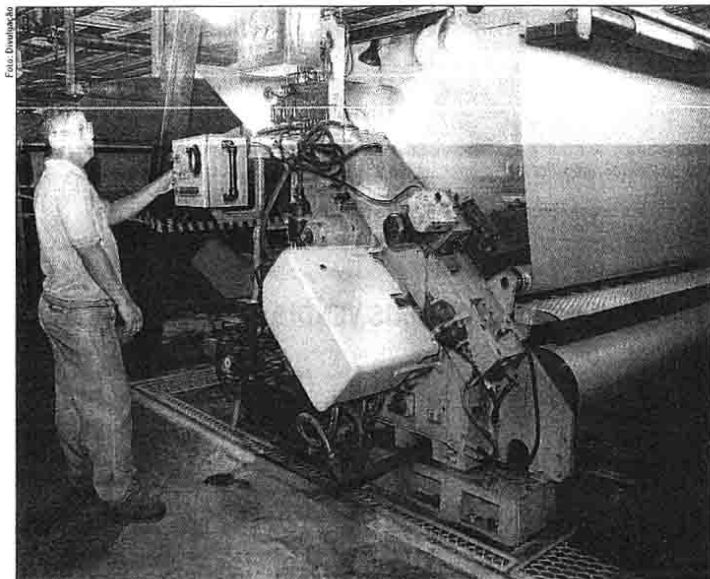
Os dados da indústria, divulgados ontem pelo IBGE, apontam que a surpreendente queda da produção em janeiro teve forte parcela de fatores

pontuais, de acordo com o Banco Fator. "Em contrapartida, importantes setores da indústria, como a indústria de alimentos, apresentou recuo no mês de fevereiro. Portanto, a situação da indústria no país continua preocupante, e as medidas de incentivos anunciadas pelo governo hoje são bem-vindas", mostra relatório do banco.

Para os economistas da LCA Consultores, o aumento do salário mínimo no começo deste ano e a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para bens duráveis da linha branca, implementada no fim de 2011, ainda são insuficientes para mudar o rumo de fragilidade da indústria. Segundo análise específica sobre

o tema, a instituição ressalta que uma retomada da atividade deverá ficar para o segundo trimestre.

"Para o primeiro trimestre, a despeito do resultado positivo de fevereiro, continuamos com a avaliação de que o desempenho da indústria continuará modesto. Os licenciamentos da Fenabreve em março mostraram que o setor automotivo vem apresentando esfriamento agudo. Além das vendas, a produção também tem perdido força nos últimos meses, enquanto os estoques seguem em nível elevado", escreveram os economistas da LCA. Segundo eles, a recuperação da produção industrial em fevereiro, influenciada pelo setor automotivo, pode não se sustentar.



De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a produção industrial cresceu 1,3% na margem



Sinais de arrefecimento no ar

O economista Flávio Combat, da Concórdia Corretora, também acredita que, apesar da expansão da produção industrial no segundo mês de 2012, indicadores recentes do mercado de crédito, apontando aumento da inadimplência, e dados do setor automotivo, mostrando arrefecimento nas vendas de veículos, sinalizam um primeiro trimestre fraco para a indústria.

"As medidas de estímulo ao setor industrial anunciadas hoje pelo governo, ao lado dos

efeitos da política monetária expansionista, devem surtir efeito somente a partir do segundo semestre, com possibilidade de que estímulos sejam oferecidos também a outros setores diante dos sinais claros de desaceleração da atividade", avaliou em relatório.

Na avaliação da Tendências Consultoria Integrada, o bom resultado da produção em fevereiro não deve alterar o tom do pacote de medidas anunciadas pelo governo ontem. Em análise sobre a produção industrial, publicada no ser-

viço online da instituição, o economista Rafael Baccioti ressalta que a redução do custo dos empréstimos, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos públicos, e a desoneração tributária para determinados setores devem elevar a rentabilidade das empresas beneficiadas, o que não necessariamente implica incremento de produção. "Os aspectos estruturais que afetam nossa competitividade ainda seguem inalterados", avaliou.

Follow-Up



EMPRESARIAL

Além do câmbio valorizado

Como bem lembrou recente editorial de um conceituado jornal, há mais coisas além do câmbio para explicar os problemas que o setor industrial vem enfrentando para manter-se competitivo. Por tornar mais acentuada e visível a perda de competitividade da indústria, a valorização do real em relação ao dólar tem despertado reações calorosas de número cada vez maior de dirigentes empresariais. Contudo, é preciso não esquecer que esta questão conjuntural não é o único problema que prejudica o desempenho do setor manufatureiro do Brasil. Há questões estruturais (altos custos logísticos, custos de energia elevados, juros altos, excessiva carga tributária, altos custos de transação, educação precária etc.) e modelos de gestão obsoletos que produzem efeitos profundos e duradouros na economia e, por esta razão, mais nocivos do que a taxa de câmbio.

Pesquisas e estudos recentes não deixam dúvidas quanto aos impactos negativos do câmbio valorizado sobre a produtividade da indústria quando comparada a de outros países. Porém, mesmo que a questão cambial seja superada, a atividade manufatureira continuará prejudicada por deficiências históricas, e por isso muito conhecidas, mas que têm sido toleradas por governantes, empresários, trabalhadores e pela sociedade ao longo dos anos. Sem eliminar essas deficiências, o Brasil terá cada vez menos condições de competir com outros países, inclusive com os vizinhos sul-americanos.

A valorização do real fez o custo da mão de obra na indústria aumentar 150% em relação ao dos nossos parceiros comerciais entre 2003 e 2009, segundo estudo do economista Regis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia da FGV. Na visão desse economista, "A produtividade do trabalho teria de ter crescido a uma taxa cavalara para compensar o custo unitário do trabalho". O câmbio é também a principal causa de nossa produção industrial ter ficado mais cara do que nos EUA.

Outro importante fator para reavaliar a capacidade de uma economia competir é a produtividade econômica. No entanto, entre 17 países latino-americanos estudados pela instituição americana The Conference Board, o Brasil ficou na antepenúltima posição em termos de produtividade do fator trabalho, medida pela relação entre PIB e pessoal ocupado.

A valorização do real fez o custo da mão de obra na indústria aumentar 150%

O Brasil ficou à frente de Bolívia e Equador, mas atrás de Argentina, Chile, Colômbia, México, Venezuela e Peru, entre outros países latino-americanos.

O índice brasileiro foi favorecido pela desvalorização do dólar e, por essa razão, mostra que a baixa produtividade do trabalho se deve a outros fatores (a valorização do dólar reduziria

o PIB nessa moeda e, consequentemente, tornaria ainda mais baixo o índice brasileiro de produtividade). Em alguns países mais afetados pela crise global, como os EUA, a indústria buscou aumentar a competitividade por meio da redução dos custos de produção, o que implicou demissões em massa. Apesar de contar com menor força de trabalho, a indústria ampliou a produção, alcançando ganhos de produtividade.

Mesmo se aceitasse arcar com um custo social tão alto, dificilmente o Brasil alcançaria resultados econômicos rápidos. O aumento da produtividade do trabalhador brasileiro é limitado, entre outros fatores, pela baixa qualidade do sistema educacional do país. Com a escassez de trabalhadores qualificados, exigidos cada vez mais pelo mercado, salários de algumas funções tenderiam a subir mais do que a produtividade média do setor, o que afetaria o preço

dos bens finais.

O alto custo da folha de pessoal, resultante dos encargos trabalhistas e das regras rígidas para contratação e demissão, é outro fator que explica a baixa produtividade do trabalho no Brasil. Na comparação com outros países, seu efeito se torna ainda maior em razão da valorização cambial. Da mesma forma, o peso excessivo dos tributos e o preço elevado da energia elétrica, entre outros itens dos custos industriais, reduzem a competitividade do setor industrial brasileiro.

Do lado das empresas, o nível muito baixo de investimentos em inovação mostra que existe uma despreocupação com um dos setores mais importantes para a conquista e preservação dos mercados mais promissores da economia contemporânea. Como se vê, há mais coisas além do câmbio valorizado para explicar as dificuldades que prejudicam a indústria manufatureira do país.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

Automóveis

Inadimplência gera mais estagnação

Restrições na liberação de crédito ao consumidor são apontadas como causa para crescimento reduzido nas vendas

Apesar do crescimento registrado no mês, houve queda na média diária de vendas de automóveis e comerciais leves entre março de 2011 e 2012. Causada pelo aumento da inadimplência e maior restrição dos bancos para a concessão de crédito ao consumidor, a queda preocupa a Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores).

Com 22 dias úteis em março, contra 19 em fevereiro, o setor da distribuição de veículos (automóveis, comerciais leves,

caminhões, ônibus, motos, implementos rodoviários e outros meios de transporte como carretinhas para jet sky) cresceu 21,02% em março na comparação com o mês anterior (foram emplacados 483.643 unidades contra 399.655). Na comparação entre os meses de março 2011 e 2012, o setor também registrou crescimento de 0,08%, ressaltando que março do ano passado teve menor dias úteis em função do Carnaval que, em 2011, ocorreu neste mês.

No entanto, segundo o presidente da Fenabrave, "ao compa-

ramos os resultados da média diária de vendas entre os meses de março 2012 e 2011, notamos que houve queda de 6,05% nas vendas de automóveis e comerciais leves", comentou Flávio Meneghetti.

De acordo com Meneghetti, o crescimento da inadimplência no setor automotivo chegou a 5,5% em fevereiro, índice superior aos registrados durante a crise de 2009. Essa inadimplência alta, segundo o presidente da Fenabrave, fez com que as instituições financeiras ficassem mais restritivas na liberação do crédito ao consumidor, medida que impactou diretamente as vendas nas concessionárias. "Esta restrição no cadastro gera queda nas vendas, por isso, a média diária foi menor de um ano para outro. Essa situação nos preocupa, pois pode afetar a expansão esperada para o ano", detalha o presidente da Fenabrave, que acredita que poderá haver queda na inadimplência a partir do final do primeiro semestre.

Previsões mantidas

Apesar da queda das vendas diárias, registrada em março, para automóveis e comerciais leves, a Fenabrave ainda mantém as perspectivas de crescimento para 2012.

Em todos os segmentos, deverá ocorrer aumento de 5,76%,

totalizando 5.890.733 milhões de unidades, resultado que deverá acontecer de forma mais expressiva a partir do segundo semestre.

Para os segmentos de automóveis e comerciais leves, a entidade mantém a expectativa de aumento de 4,50% nos emplacamentos, totalizando 3.579.699 milhões de unidades.

Já o setor de caminhões deverá contabilizar 189.235 mil unidades emplacadas, com evolução de 9,6% sobre o ano passado, enquanto o segmento de ônibus deverá crescer 14,3% - com previsão de fechar o ano com 39.718 mil unidades emplacadas.

O segmento de motos promete

austrar 7,5% este ano, totalizando com 2.086.082 unidades emplacadas.

Apesar do crescimento registrado entre fevereiro e março de 2012, houve queda nos emplacamentos da maior parte dos segmentos na comparação de março de 2012 com o mesmo mês de 2011. As vendas diárias caíram, o que sinaliza uma retração do mercado atual.

Automóveis e comerciais leves

Em função do maior número de dias úteis, o volume de vendas de automóveis e comerciais leves somou 284.166 unidades em março, num crescimento de 20,46% sobre fevereiro. Já na

comparação com março/2011, os segmentos registraram retração de 1,58% sendo que, se fossem considerados os mesmos dias úteis (já que ano passado o Carnaval aconteceu em março), a retração real seria de 6,05%.

Motos

O segmento de duas rodas cresceu em 23,02% em março no comparativo com fevereiro, também em função do volume de dias úteis (19 em fevereiro contra 22 em março). Foram emplacadas 165.628 unidades contra 134.639 motos, respectivamente. Em relação a março de 2011 (160.295 motos), este setor também cresceu, chegando a um aumento de 3,33%.



Números

RANKING DAS MOTOS MAIS VENDIDAS

MODELO	FABRICANTE	JAN	FEV	MAR	ABR	TOTAL
CG150	HONDA	32.519	30.442	37.887	1.470	102.318
CG 125	HONDA	28.303	26.315	31.575	1.077	87.270
BIZ	HONDA	17.040	17.794	20.608	748	56.190
NXR150	HONDA	15.886	15.593	19.264	695	51.438
YBR 125	YAMAHA	7.987	6.688	8.918	381	23.974
POP 100	HONDA	8.132	6.417	8.393	358	23.300
CB 300R	HONDA	5.322	5.393	6.824	226	17.765
XRE 300	HONDA	2.665	2.385	3.616	140	8.806
FAZER 250	YAMAHA	1.966	2.116	2.767	106	6.955
T115 CRYPTON	YAMAHA	2.163	1.719	2.179	82	6.143

Fonte: Fenabrave

Brasil Maior

Indústria do Estado minimiza ajuda

Representantes consideram medidas 'nulas' e insuficientes para resolver o problema de competitividade da indústria

Juliana Geraldo

Mais uma vez as medidas que compõem o plano Brasil Maior não representam uma saída para as indústrias do PIM. Entidades do setor no Amazonas avaliam as ações da segunda intervenção do governo federal como 'nulas' e insuficientes para resolver o problema de competitividade da indústria frente aos países asiáticos.

Entre os 15 setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento e demais decisões da segunda etapa do plano, apenas três - a indústria plástica, a indústria hoteleira e o polo naval, ainda em processo de implantação - estão instalados

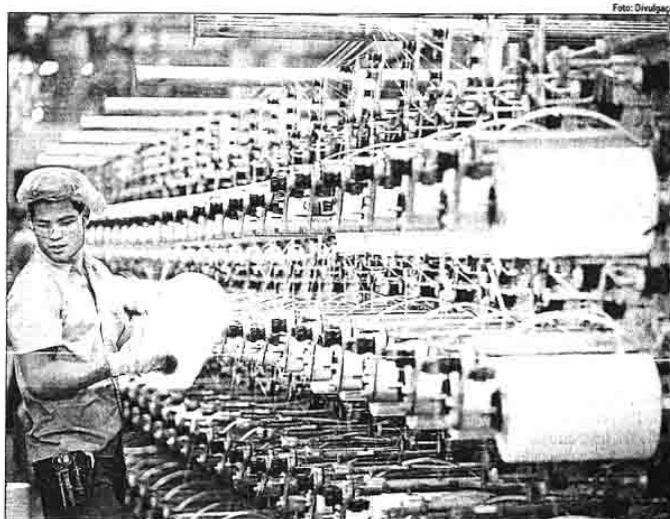
no Amazonas. "Nós sempre ficamos na expectativa antes de anúncios como esse, mas o que podemos avaliar diante do resultado é que não fomos nem prejudicados e nem beneficiados. As decisões não foram direcionadas para cá", definiu o vice-presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo.

Um dos itens contemplados com a desoneração foi o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) que, de acordo com o analista econômico da Fieam, Gilmar Freitas, não traz nenhum efeito negativo para as fábricas do PIM. "Isso porque já somos isentos e os setores de outras regiões que receberam desoneração não oferecem concorrência aos nossos

produtos. De qualquer forma essas reduções são temporárias, apenas para passarmos pela crise. Então não estamos preocupados", afirmou.

Já a alteração na alíquota do II (Imposto de Importação), considerada pelo economista como uma medida eficaz para minimizar a 'guerra' com os importados não foi contemplada pelo pacote.

"Aumentar o imposto sobre os importados pode ser considerado uma barreira de acesso aos outros países e gerar uma má impressão no cenário internacional. Por isso, é preciso estudar com calma o assunto", esclareceu o presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Ailson Rezende.



A indústria plástica é uma das poucas beneficiadas no Amazonas com medidas do governo federal

INSS precisa ser melhor avaliado

Outro ponto que merece atenção, segundo ele é a redução de 20% da alíquota do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) acompanhada da contrapartida do recolhimento de 1% a 2,5% do faturamento.

"Será preciso avaliar se não está havendo apenas uma troca, ou seja, deixando de onerar o imposto para tributar na receita. Dependendo do tamanho da empresa não é válido. Se a empresa tem poucos funcionários e um grande faturamento é viável, mas se o faturamento for razoável ou pequeno já é um caso a se pensar uma vez que 2,5% é um percentual representativo", explicou.

Para o presidente do Simplast-AM (Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Amazonas), Carlos Alberto

Monteiro, a redução pode parecer atrativa à primeira vista, mas ele concorda que é necessário cautela.

"Deve favorecer principalmente as micro e pequenas empresas, que no caso do nosso segmento são cerca de 20 entre as 52 cadastradas. Já as médias e grandes empresas precisam avaliar com cuidado", apontou.

Já o setor naval considera a modificação importante. "O peso da mão de obra no setor é bastante expressivo. Com isso, as empresas podem reduzir seus custos, melhorar os investimentos em tecnologia e inovação, aproveitar a redução de custos de bens de capital, e também, contratar mais pessoas ou remunerar melhor sua mão de obra existente", comemorou o presidente do

Sindnaval-AM (Sindicato da Indústria da Construção Naval), Matheus Araújo.

Cenário nacional

No quadro nacional, o consultor de empresas do PIM, Teruaki Yamagishi, avalia o pacote de medidas de forma positiva. Segundo ele, a expansão de cinco para 15 setores, entre a primeira e a segunda etapa significa que o plano apresentou redução, o que não deixa de ser um bom sinal.

"Não conseguimos sair do sufoco. A perda de competitividade atinge quase todos os setores hoje. O setor de duas rodas, por exemplo, sofre com problemas de liberação de crédito. Aguardamos por medidas que possibilitem a volta da competitividade a um número maior de setores".

Pacote de ajuda custará R\$ 60,4 bi

Governo anunciou medidas de apoio à indústria, como linhas de crédito e de aportes do Tesouro Nacional a bancos oficiais

O pacote de ajuda à indústria custará R\$ 60,4 bilhões para o governo em 2012, informou, ontem, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa. A quantia vem tanto de reduções de impostos quanto da ampliação do orçamento de linhas de crédito e de aportes do Tesouro Nacional a bancos oficiais.

Desse montante, a maior quantia virá dos R\$ 45 bilhões que o Tesouro emprestará ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O dinheiro ampliará o capital da instituição para os empréstimos da quarta versão do PSI (Programa de Sustentação do Investimento) e começará a ser repassado em abril por meio de títulos públicos emitidos pelo Tesouro.

Por meio dessa operação, o Tesouro emite títulos públicos, que são transferidos ao BNDES. O banco vende os papéis no



Presidente Dilma Rousseff cobrou a redução do chamado spread bancário e dos juros dos bancos para ajudar a indústria

mercado conforme a necessidade de capital para oferecer os empréstimos do PSI. Essa modalidade não envolve recursos do Orçamento Geral da União, mas a ampliação da dívida pública.

As reduções de tributos farão o governo deixar de arrecadar R\$ 3,1 bilhões neste ano. Barbosa explicou que a conta inclui as desonerações para a linha branca (eletrodomésticos) e alguns tipos de materiais de construção, anunciadas na semana passada, e a da folha de pagamento para 15 setores de indústria, que terão impacto de R\$ 4,9 bilhões nas receitas do governo.

Do impacto total, foi descontado R\$ 1,3 bilhão referente ao aumento do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) para produtos importados, que reduzirá a renúncia fiscal para R\$ 6,2 bilhões por ano. Le-

vando em consideração que a desoneração da folha de pagamento só entrará em vigor em julho, o valor final do impacto das medidas tributárias para 2012 ficou em R\$ 3,1 bilhões.

O pacote envolve ainda R\$ 3,9 bilhões previstos no orçamento para as compras do governo federal. A quantia será usada nas compras de produtos nacionais, que terão margem de preferência de até 25% sobre similares importados, ou seja, os produtos nacionais que forem até 25% mais caros que os concorrentes importados terão preferência nas licitações.

Barbosa informou ainda que R\$ 1,9 bilhão vêm da ampliação do orçamento do Proex (Programa de Financiamento à Exportação) e R\$ 6,5 bilhões, da equalização de juros em linhas de crédito do BNDES. Pelo mecanismo de equalização, o Tesouro cobre os juros mais baratos oferecidos pelo banco oficial.

Declaração de Propósito

Deusdelio Oliveira Lopes - RG nº 03069710 e CPF nº 129.869.502-30;

Lissandro Breval Santiago - RG nº 1295672-4 e CPF nº 510.050.422-68;

Renato De Aguiar Dias - RG nº 01197754 e CPF nº 009.432.152-34.

DECLARAM sua intenção de exercer cargos de administração na Cooperativa de Crédito dos Empresários de Manaus - SICOOB CREDEMPRESAS-AM e que preenchem as condições estabelecidas no art. 2º da Resolução 3.041, de 28 de novembro de 2002.

ESCLARECEM que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da data da publicação desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo.

Banco Central do Brasil
Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Deorf/GTREC
Gerência Técnica Regional em Recife
Rua da Aurora, nº. 1259 - Santo Amaro - CEP: 50040-090 - Recife (PE)

Manaus (AM) 03 de Abril de 2012.

É possível avançar, avaliam setores

Empresários e sindicalistas disseram considerar positivas as medidas anunciadas ontem de incentivos à economia, mas avaliam que as ações são pontuais e que o governo precisa avançar ainda mais.

Para o presidente da Fiesp (Federação da Indústria de São Paulo), Paulo Skaf, o governo deve ter que voltar a agir em breve tendo em vista que o pacote não trouxe medidas estruturantes.

"Não está mexendo para valer na ferida, não está contornando a questão cambial, dos juros, do custo de energia, do gás, não são todos os

setores atendidos, tira de um lado, mas põe de outro. Não é uma coisa definitiva, não fez a bairra reforma que resolve o problema", disse.

O presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), disse que a política industrial ainda é "timida" e "insuficiente". "São medidas importantes para iniciar o debate, mas são tímidas e insuficientes, muitas foram repetidas de oito meses atrás. São ações pontuais e que atendem 15 dos 127 setores".

O empresário Jorge Gerda, do setor siderúrgico, que assessora a presidente

na área de gestão e competitividade, afirmou que o fortalecimento da indústria será um trabalho a longo prazo. "Você tem que melhorar a educação, a logística, o sistema tributário, o sistema todo. São temas complexos e que você não improvisa. A construção da competitividade é um trabalho que leva anos e anos."

Escolhido para representar os sindicalistas na cerimônia, o presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah, também chamou o pacote de tímido e cobrou uma reforma tributária.

Renunciando a R\$ 60 bilhões

Ela decorre de medidas de estímulos ao aumento da competitividade da indústria nacional, anunciadas pelo Planalto



Presidente Dilma Rousseff, quando fazia o anúncio do novo pacote de medidas de estímulo à indústria nacional

O governo federal anunciou ontem uma série de medidas (ver quadro) de estímulo à economia dentro do plano Brasil Maior. Intervenção cambial e desoneração da folha de pagamentos são os destaques. Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o pacote começa com ações no câmbio. "Não são medidas específicas, mas uma ação permanente", afirmou.

Ele disse que o governo continuará a tomar medidas para o câmbio, que se tornou um dos principais instrumentos de competitividade entre os países. "Infelizmente, o subsídio cambial não é considerado subsídio na Organização Mundial do Comércio (OMC). É uma luta que estamos levando", disse.

Segundo o ministro, a desoneração de 20% sobre a folha de paga-

MEDIDAS QUE INTEGRAM O PACOTE
Desoneração da folha de pagamento beneficiará mais 11 setores da economia brasileira
Tributos para infraestrutura portuária e ferroviária serão reduzidos
Postergação do pagamento de PIS e Cofins para indústrias afetadas pela crise
Medidas de defesa comercial e barateamento do crédito aos exportadores
Incentivos ao setor de telecomunicações, sobretudo à indústria de semicondutores
Aumento no volume de recursos disponíveis para financiamentos do Programa Sustentação dos Investimentos (PSI)
Medidas relacionadas ao Novo Regime Automotivo

mento beneficiará mais 11 setores da economia brasileira (além dos quatro já contemplados no programa Brasil Maior - confecções, couro e calçados, tecnologia de informação e call center). A medida começa a valer a partir de julho.

Os tributos para infraestrutura portuária e ferroviária serão

reduzidos. A partir de agora, o programa será ampliado para incluir investimentos em armazenagem (galpões), proteção ambiental, tais como máquinas com melhor eficiência energética, sistemas de segurança e de monitoramento, tais como scanners.

O governo resolveu poster-



Ralph Assayag, da CDL-Manaus



Nelson Azevedo, da Fieam

gação do pagamento de PIS e Cofins para indústrias afetadas pela crise. Há medidas de defesa comercial e barateamento do crédito aos exportadores. Mantega anunciou a criação da Agência Brasileira de Garantias (ABGF), que terá a missão de administrar fundos garantidores e prover garantias para investimentos, exportações, pequenas empresas, setor aeronáutico, habitação social e crédito educativo.

Será criado ainda um plano de Banda Larga, com incentivos à indústria de semicondutores. Nessa esteira foi prorrogado o programa Um Computador por Aluno até 2015 e está suspensa a cobrança de IPI, PIS, COFINS e Cide para fabricantes de computadores portáteis na aquisição de matérias primas.

Blog

Robson Andrade

PRESIDENTE DA CNI

“As novas iniciativas de apoio à indústria são um passo importante para melhorar o ambiente de negócios e ajudar o processo de reindustrialização (aumento da participação da indústria na produção e no emprego). Temos de trabalhar pela reindustrialização plena. O problema da indústria não é conjuntural. Reflete uma situação estrutural, de problemas de competitividade sistêmica, que precisa ser mudada com uma estratégia clara e com objetivos bem definidos. Ressalto três pontos nas medidas: a desoneração da folha de pessoal, a redução do custo do financiamento, e o reforço da defesa comercial”

Ativação e apreensão no Estado

Empresários e consultores econômicos amazonenses elogiaram a desoneração da folha de pagamento, mas a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) mostrou-se preocupado com a possível uniformização do R.MS em 4%. “Conseguimos vislumbrar alguns setores como termoplástico, naval e hotéis que vão ser beneficiados com a desoneração e isso é bem recebido por estes setores”, disse o vice-presidente Fieam, Nelson Azevedo.

Para o consultor José Laredo, a partir da desoneração da folha de pagamento, muitas empresas do Polo Industrial de Manaus se sentirão estimuladas a contratar trabalhadores, antes terceirizados. Visão compartilhada pelo presidente da CDL-Manaus, Ralph Assayag, “com o custo menor para se contratar o empresário irá admitir mais e isso vai garantir que a máquina econômica continue girando”.

As medidas também foram elogiadas pela bancada federal do Amazonas. “No Amazonas, as indústrias de ar condicionado que estão sendo fechadas porque não conseguem competir com esse tsunami que vem com a desvalorização cambial”, disse o senador Eduardo Braga. Vanessa disse que medidas assim devem continuar sendo tomadas, e sindicalistas elogiaram o aumento de 30% de IPI para o setor de Duas Rodas.

* Ver mais sobre esse assunto na página A-11

Renunciando a R\$ 60 bilhões (continuação) **Medidas maquam problemas**

Essa é a avaliação da Fecomércio-SP, da qual partiu as críticas mais contundentes ao pacote

Na avaliação da Fecomércio-SP, afóra a desoneração da folha de pagamento, o plano de estímulo à indústria apenas maquia problemas, como o tamanho do Estado e o peso da carga tributária, tanto na produção quanto na folha de pagamento, sem, contudo, trazer

vantagens significativas para ampliar a competitividade do País.

Apesar de o ministro Guido Mantega ter afirmado que o novo plano irá aumentar a competitividade brasileira, impulsionando a inovação e a produção, a entidade acredita que o pacote é uma junção

de medidas pontuais que respondem somente à demanda e à pressão de um setor específico, o industrial, sem resultar em melhoras efetivas para a economia nacional.

Para a Fecomercio, o direcionamento de crédito não pode continuar sendo feito como era na década de 1970 e o conceito de Balança Comercial deve ser íntegro, não havendo sentido em criar balanços setoriais para mostrar que um ou outro setor tem desempenho ruim. A entidade diz que as dificuldades não são criadas pelo câmbio, mas, sim, o oposto.

Além disso, reservar mercado por meio da elevação do Imposto sobre IPI e do II aplicados aos produtos estrangeiros, costuma resultar em diminuição dos esforços em pesquisa e desenvolvimento, perda de competitividade e prejuízo para o consumidor. A melhor maneira para estimular o consumo de produtos nacionais, na opinião da FecomercioSP, é reduzir a carga tributária do produto nacional (como foi feito com a desoneração do IPI para certos produtos), não criar mais barreiras à importação.



Abram Szajman, da Fecomércio-SP

IMPOSTOS E TAXAS

Cai arrecadação no Amazonas

No mês de março, ela foi de R\$ 504 milhões

No primeiro trimestre do ano, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), arrecadou R\$ 1.530.685.234 entre taxas e impostos. Em março, a mordida do Fisco estadual no bolso do contribuinte foi de R\$ 504.656.335, menos do que os R\$ 522.693.879 de fevereiro, porém maior do que os R\$ 503.335.023 arrecadados em janeiro.

Do total da arrecadação em março (R\$ 504.656.335), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) respondeu por R\$ 457.727.303, que, no acumulado do ano, já rendeu aos cofres do Estado R\$ 1.422.765.026, de longe o imposto mais representativo.

Quando se olha a arrecada-

ção em março por setores, a indústria figura em primeiro lugar com R\$ 224.695.574, seguida do comércio com R\$ 179.065.579 e do serviço, que em março recolheu para o Fisco estadual R\$ 53.966.148.

No quesito outros tributos, o Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) entrou com R\$ 17.302.575 em março e no ano esse imposto já acumula R\$ 41.109.075.

O diretor do Departamento de Arrecadação da Sefaz, Gilson Nogueira, disse que a queda em março deveu-se à sazonalidade, visto que no primeiro trimestre a indústria ainda está produzindo menos, voltando ao ritmo normal a partir de abril, como se espera que agora aconteça.

Em números



504	1,5
Milhões	Bilhão

Em reais, essa foi a quantia arrecada em tributos e taxas pelo Governo do Estado, por meio da Sefaz, no mês de março. Ela caiu em relação a fevereiro.

Em reais, essa é a quantia arrecada durante os três primeiros meses do ano, com destaque para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

INDÚSTRIA BRASILEIRA

Produção em alta de 1,3% em fevereiro

A produção industrial brasileira cresceu 1,3% em fevereiro em relação a janeiro, na série com ajuste sazonal, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O avanço de 1,3% foi o resultado mais elevado desde fevereiro do ano passado, quando a taxa alcançou 2,2%. O resultado ficou dentro das expectativas dos analistas ouvidos pelo AE Projeções, que estimavam desde uma queda de 1,00% a uma alta de 1,70%, e acima da mediana projetada, de alta de 0,50%.

Na comparação com fevereiro de 2011, a produção da in-

dústria caiu 3,9%. Nesta base de comparação, as estimativas eram todas de queda, num intervalo desde -9,10% a -4,30%, com mediana negativa de 6,10%. Até fevereiro de 2012, a produção industrial acumula quedas de 3,4% no ano e de 1,0% nos últimos 12 meses.

A produção de bens de capital registrou alta de 5,7% em fevereiro ante janeiro. Na comparação com fevereiro de 2011, houve queda de 16%. No acumulado do ano, a produção de bens de capital teve queda de 14,6%. Nos últimos 12 meses, a variação foi negativa, de -1,0%.

Rogério Pina

Novo membro

A Fundação Amazonas Sustentável, que tem feito um trabalho de visibilidade no segmento “verde” do Estado, tem novo membro em seu Conselho de Administração. Após deixar o comando da Suframa, Flávia Grosso também foi destituída do posto, que passa a ser ocupado pelo atual superintendente, Thomas Nogueira.

CAPA

 'BRASIL MAIOR 2'

Pacote econômico do governo é considerado insuficiente

Programa do governo federal vai atender – com restrições – apenas fabricantes de material plástico, polo naval e rede hoteleira do Amazonas. **Economia B1**

Brasil Maior2' atende três segmentos no AM

RICHARD RODRIGUES
Equipe EM TEMPO

O programa "Brasil Maior 2" — anunciado na manhã de ontem pelo governo federal — vai beneficiar, mas com ressalvas, três setores do Polo Industrial de Manaus (PIM). Entre os segmentos do parque local, atendidos pelo "pacotão", estão as fabricantes de material plástico, o polo naval e a rede hoteleira amazônica, que poderão ter a folha de pagamento de funcionários desonerada.

Com a medida, que visa aumentar a competitividade da indústria, a estimativa é que a desoneração total anual seja de R\$ 7,2 bilhões em todo país. Porém, para 2012, o montante será R\$ 4,9 bilhões, uma vez que a ação passa a vigorar a partir de julho. Entidades ligadas aos setores locais acreditam que a iniciativa do governo federal é benéfica, para as indústrias que têm mão de obra intensiva e baixo faturamento, uma vez que a ação traçada tem como finalidade tirar os 20% em encargos destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em troca de alíquota de 1% a 2,5% sobre o faturamento do empresariado.

"A medida valerá apenas para os segmentos responsáveis por um grande número de empregos, mas com baixo faturamento", relatou o

diretor-executivo do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Ronaldo Mota, ao salientar que, caso algumas empresas optem pela desoneração na folha de pagamento nos moldes do "Brasil Maior 2", estarão trocando "seis" por "meia dúzia". "A medida é interessante, mas não para todas as empresas do PIM", reforçou.

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam),

MUDANÇA

Desoneração na folha de pagamento, anunciada ontem, prevê a retirada dos 20% em encargos destinados ao INSS, em troca de alíquota de 1% a 2,5% sobre o faturamento do empresariado

Nelson Azevedo, também concordou com o dirigente do Cieam, e fez as mesmas ressalvas. "Os três setores respondem por um número considerável de empregos no Amazonas, mas deve ser levada em conta a quantidade da mão de obra, visto que a modalidade pode não ser compensatória para todas as empresas", salientou.

Azevedo afirmou, ainda, que as empresas do ramo hoteleiro serão as principais

beneficiadas com o "pacotão", uma vez que Manaus será uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 e o setor terá um incentivo a mais para se preparar os empreendimentos para receber turistas durante o evento.

Análise da medida

Como a desoneração da folha de pagamento só passará a vigorar dentro de três meses, porque a mudança precisa respeitar a "noventena" prevista no artigo 150 da Constituição, as fabricantes de material plástico deverão analisar se valerá ou não a pena adotar a redução de encargos trabalhistas, prevista no "Brasil Maior 2", conforme o presidente do Sindicato das Indústrias Termoplásticas de Manaus (Sinplast), Carlos Monteiro.

"A modalidade será opcional, mas, antes que se opte em como proceder nessa situação, as indústrias terão de fazer a 'lição de casa' para que se chegue à conclusão do que será mais vantajoso", observou o representante empresarial.

Já o economista José Laredo viu a medida como benéfica para os três setores contemplados no Estado. Ele assegurou que os custos com a mão de obra são muito altos no país, e, com a iniciativa, será possível incentivar a formalização não só no Amazonas, mas em todo o país.

Mais incentivos ao empresariado

Além da desoneração da folha de pagamento, assunto abordado com frequência no país pelo empresariado, o governo federal também anunciou a ampliação dos valores e prazos do Programa de Financiamento para a Exportação (Proex). O valor total do programa vai passar a ser de R\$ 3,1 bilhões, antes era de R\$ 1,24 bilhão, e as empresas terão 15 anos para pagar o financiamento, a juros mais baixos. O prazo

atual é de dez anos.

"Neste caso, as empresas exportadoras terão melhores condições para atender a demanda de clientes estrangeiros. A iniciativa permitirá que as indústrias tenham maior prazo para quitarem os financiamentos utilizados, principalmente para a aquisição de insumos utilizados em suas produções", observou o vice-presidente da Fieam, Nelson Azevedo.

No total, todas as medidas de estímulo à indústria brasileira, anunciadas pelo governo federal, somam R\$ 60,4 bilhões. Somados à redução de impostos, também foram anunciados mais crédito a juros mais baixos e com prazos de carência e pagamento mais longos, novos setores beneficiados pela margem de preferência das compras governamentais e novas regras para setor automotivo.

ALBERTO CÉSAR ARAÚJO



Empresas dos setores devem pesar os custos para saber o quanto a medida é benéfica

Arrecadação de impostos estaduais segue em queda

Setor de serviços teve a maior alta em março

TEXTO Laís Motta
FOTO Nathalie Brasil

MANAUS

A receita tributária do Amazonas foi de R\$ 504.656 milhões em março, resultado 0,4% menor que o mesmo período de 2011, quando o montante foi de R\$ 506.682 milhões. Quando comparado com o valor orçado, o montante ficou R\$ 39,7 milhões abaixo da estimativa. Os dados são da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM).

No primeiro trimestre do ano, o Amazonas já arrecadou pouco mais de R\$ 1,53 bilhão. O acumulado é 3,52% maior que o igual período do ano passado.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

(ICMS), que representa 93% do 'bolo tributário', fechou o mês de março com R\$ 457.727 milhões, 0,2% maior que o montante arrecadado em março de 2011. No ano, o imposto já acumula R\$ 1,42 bilhão.

O setor da indústria, com a maior representação no ICMS, teve desempenho 0,9% menor que o igual mês de 2011, arrecadando R\$ 224.695 milhões.

Já no comércio a arrecada-

ção foi de R\$ 179.065 milhões, com um resultado 2% menor que em março do ano passado.

Segundo o diretor do Departamento de Arrecadação da Sefaz-AM, Gilson Nogueira, o resultado é normal e esperado para o período. "Esse crescimento tímido se pode considerar normal porque historicamente o trimestre inicial de cada ano tem a tendência de cair", disse. Nogueira afirma que os estoques formados no final do ano na indústria e as promoções realizadas no início do ano no comércio refletem na queda da arrecadação.

O setor de serviços teve um desempenho positivo em março com a arrecadação de R\$ 53.966 milhões de ICMS, sendo 11,8% maior que o mesmo período de 2011.

OS NÚMEROS

R\$ 1,53 bi

Esse é o montante arrecadado na receita tributária do Amazonas no primeiro trimestre de 2012, segundo a Sefaz.

Empresários dizem que medidas do 'Brasil Maior' serão inócuas no PIM

TEXTO Luis Motta

FOTO Jair Araújo

MANAUS

As medidas de incentivo à indústria do Plano Brasil Maior anunciadas ontem pela presidente Dilma Rousseff são inócuas para a maioria das empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM). A avaliação é do presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares (Sinaees), Celso Piacentini. Para ele, as medidas atingem empresas com uso intensivo de mão de obra e direcionadas a setores específicos que não têm muita representatividade no PIM.

As desonerações da folha de pagamento de 15 setores industriais foram elencadas como uma das principais medidas, que segundo Celso não vão afetar as fábricas em Manaus. O plano prevê a desoneração da alíquota de 20% do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tendo o empresário a obrigação de recolher de 1% a 2,5% do faturamento aos cofres do governo.

Para o presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon-AM), Ailson Nogueira, a mudança pode gerar um custo maior para algumas empresas. "Para uma empresa com faturamento alto e poucos funcionários não é vantagem", disse.

Os setores beneficiados são: têxtil, confecções, calçados e couro, móveis, plástico, material elétrico, autopeças, ônibus, naval, aéreo, de bens de capital mecânica, hotelaria e, tecnologia de informação e comunicação, equipamentos para call center e design house (chips).

Celso Piacentini afirma, ainda, que a maioria das fábricas do Polo, dos setores beneficiados pelo plano, não tem uso intensivo de mão de obra.

O economista da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Gilmar Freitas, avalia que as medidas



Empresas instaladas em Manaus e que fazem parte dos setores beneficiados pelo Plano, não têm uso intensivo de mão de obra

sejam benéficas para a indústria brasileira em geral, mas que não trarão grandes impactos para a produção local. Ele ressalta que a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o Setor Plástico e indústria naval não interferem nas fábricas de Manaus. "Toda vez que se diminui IPI é uma desvantagem para Manaus, uma vez que já somos isentos de IPI", afirma. Freitas disse, ainda, que a maioria das empresas compra os componentes plásticos de produtores locais. Em relação ao Polo Naval, Gilmar afirma que o setor local ainda está em implantação.

Ailson Nogueira vê a redução da carga tributária de forma positiva. "É um indicativo de que o governo sente que a economia precisa ser desonerada", disse.

No plano, é previsto também o aporte de R\$ 45 milhões ao Banco Nacional de Desen-

volvimento Social e Econômico (BNDES) para destinar mais recursos ao setor produtivo. O dinheiro ampliará o capital da instituição para os empréstimos do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e começará a ser repassado em abril, por meio de títulos públicos emitidos pelo Tesouro. O presidente do Corecon-AM foi taxativo ao comentar a medida. "Vamos ter disponibilidade de capital, mas e a burocracia?", disse. Segundo ele, é importante verificar se as regras para liberar o financiamento também mudam, já que existe uma série de obrigações para a concessão do capital.

Apesar de não trazer grandes mudanças para o PIM, Gilmar Freitas acredita que as medidas vão favorecer a produção local, ainda que em pequenas proporções. "Se existe uma melhora num determinado nicho, reflete no outro", disse.

ESTOQUES EM ALTA

Fábricas reduzem a produção na Semana Santa

Empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) vão diminuir a produção durante o feriado da Semana Santa. Representantes de entidades patronais afirmam que a 'parada' é reflexo da desaceleração de setores da indústria local. O presidente da Associação dos Fabricantes de Bens de Informática e Componentes da Amazônia (Aficam), Cristóvão Marques, disse que as empresas vão diminuir o ritmo porque as vendas caíram muito e as fábricas ainda têm estoque. Ele destacou que empresas de estampa e fundição diminuirão a produção nos próximos dias. O presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas de Manaus (Sinmen), Athaydes Mariano Félix,

confirmou que as empresas do Polo de Duas Rodas vão diminuir a produção durante o feriado.

De acordo com o diretor de relações interinstitucionais da Moto Honda, Mário Okubo, a fábrica segue em ritmo normal de produção. "Só não vamos produzir na sexta porque é feriado, mas teremos turno sábado e domingo trabalhando normal", disse.

Na semana do carnaval, várias indústrias suspenderam as atividades.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, acredita a queda na produção e nas vendas à dificuldade na liberação de crédito por parte dos bancos e à competição com produtos importados.

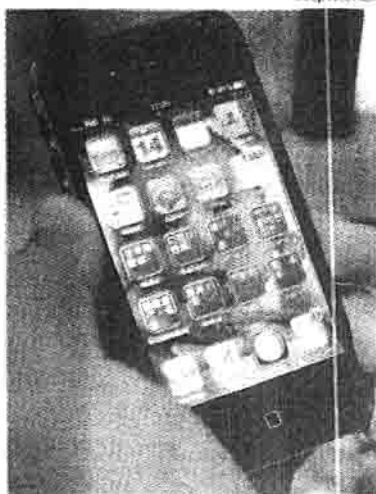
iPhone 5 chega ao mercado em junho, diz funcionário da Foxconn

Lançado em outubro do ano passado, o iPhone 4S, da gigante norte-americana Apple, deverá dar lugar a um novo modelo no meio do ano, segundo uma reportagem da TV Tokyo citada pelos sites MacMagazine e TechTudo.

O iPhone 4S interrompeu a sequência de lançamentos das versões anteriores (iPhone original, 3G, 3GS e 4), as quais foram apresentadas entre junho e julho.

Até agora, de acordo com a publicação, o lançamento do novo iPhone é aguardado para meados de outubro, já que uma 'antecipação' para o meio do ano faria do iPhone 4S o aparelho com o menor ciclo de vida entre todas as gerações do smartphone da Apple.

Na reportagem da TV Tokyo, um funcionário da Foxconn informou que a unidade da empresa em Taiwan planeja contratar 18 mil empregados para trabalhar em linhas de montagem do iPhone. Perguntado se as contratações teriam relação com o novo iPhone, o 'recrutador' respondeu que sim.



Novo aparelho pode ser lançado em conferência mundial, em junho

De acordo com o site TechTudo, um eventual lançamento do novo iPhone em junho é consistente com a série de rumores em torno do novo smartphone da Apple.

Outro ponto que parece reforçar a tendência de lançamento para junho é o fato de que a próxima Worldwide Developers Conference, evento que reúne desenvolvedores alinhados com as plataformas da Apple, está marcada para a primeira quinzena daquele mês.

Fala Sério

Crescimento no PIM

O primeiro mês de 2012 apresentou resultados significativos para as empresas do Polo Industrial de Manaus. A mão de obra empregada pelas empresas em janeiro chegou a 119.170 pessoas, recorde para o período. O número superou em 8.133 o total de empregados em relação ao mês de janeiro de 2011.



*** **

Segundo melhor da história

Apesar das incertezas do cenário econômico internacional, o faturamento registrado em janeiro alcançou US\$ 2.7 bilhões (R\$ 4,9 bilhões), o segundo melhor da história para o período, inferior apenas 2,51% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foi registrado recorde de US\$ 2.8 bilhões (R\$ 4,7 bilhões).

*** **

Mão de obra

Mais uma vez, os setores que mais contribuíram para o bom resultado foi o de Eletroeletrônicos, com média mensal de 50.481 do total de empregos gerados, e o setor de Duas Rodas, com 21.677. Ambos os setores superaram os números de 2011 (50.034 e 21.122, respectivamente) e representam quase 60% do total de empregos do PIM.

*** **